

BIBLIOTECA PÚBLICA E DEMOCRACIA CULTURAL: O CONTEXTO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA¹

Public library and cultural
democracy: the context of
homeless people

Marcus Rei de Lima Alves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3347-0370>

Mestre em Ciência da Informação

Escola de Comunicações e Artes/Universidade de São Paulo (ECA/USP), Brasil

E-mail: marcusreisfx@gmail.com

Ivete Pieruccini

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5361-0644>

Doutora em Ciências da Comunicação pela

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), Docente da ECA/USP e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da ECA/USP, Brasil

E-mail: ivetepie@usp.br

¹

Este trabalho apresenta recorte de pesquisa de mestrado, finalizada em abril de 2024, defendida no PPGCI/ECA/USP.

RESUMO: O estudo integra investigações que têm a finalidade de contribuir com o campo da Biblioeducação, tendo como objeto relações entre a biblioteca pública e populações vulneráveis, com ênfase nas pessoas em situação de rua. O objetivo é contribuir na construção de referenciais para a formulação de dispositivos orientados pela noção de democracia cultural, sob a hipótese de que bibliotecas calcadas sobre modelos e paradigmas difusionistas desconsideram a participação de diferentes grupos nos processos de constituição da memória cultural do país. Esta pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, inclui estudo bibliográfico e de campo. Apresenta-se, no presente trabalho, resultados parciais de questionário visando identificar ações e práticas realizadas por bibliotecas públicas das capitais brasileiras, tendo em foco a referida população. Das 256 bibliotecas públicas das capitais brasileiras identificadas, somente 27 responderam ao questionário, indicando baixo índice de atendimento às pessoas em situação de rua e de realização de práticas culturais a este grupo. Algumas razões alegadas permitem constatar, ainda preliminarmente, que a concepção de biblioteca pública mantém-se fixada em parâmetros que excluem perfis que não se enquadrem a modelos de públicos tidos como tradicionais, confirmando hipóteses que estão na base da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioeducação; Biblioteca pública; Democracia cultural; Pessoas em situação de rua.

ABSTRACT: The study integrates investigations that aim to contribute to the field of Biblioeducation, focusing on relationships between the public library and vulnerable populations, with an emphasis on homeless people. The objective is to contribute to the construction of references for the formulation of devices guided by the notion of cultural democracy, under the hypothesis that libraries based on diffusionist models and paradigms disregard the participation of different groups in the processes of constituting the country's cultural memory. This qualitative research, of an exploratory nature, includes bibliographic and field studies. This work presents partial results of a questionnaire aimed at identifying actions and practices carried out by public libraries in Brazilian capitals, focusing on the aforementioned population. Of the 256 public libraries in Brazilian capitals identified, only 27 responded to the questionnaire, indicating a low level of service to homeless people and carrying out cultural practices for this group. Some alleged reasons allow us to confirm, even preliminarily, that the conception of a public library remains fixed on parameters that exclude profiles that do not fit into public models considered traditional, confirming hypotheses that are the basis of the research.

KEYWORDS: Biblioeducation; Public Library; Cultural democracy; Homeless.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo ancora-se em referências propostas pela Biblioeducação, abordagem interdisciplinar das relações Biblioteca, Biblioteconomia e Educação, cujo objetivo é nortear princípios e práticas para a criação e desenvolvimento de bibliotecas em Educação, no país (Perrotti; Pieruccini, 2022). Dentre as concepções em causa na Biblioeducação, inscreve-se o conceito de biblioteca pública, a ser discutido a partir de aspectos que dizem respeito à democracia cultural, e demais pontos aí imbricados, ou seja, discussões que envolvem as áreas da cultura, da memória, e da informação, na contemporaneidade.

Esta pesquisa, em especial este trabalho, tem por objetivo contribuir para a constituição de referenciais teórico-metodológicos do conceito de biblioteca pública, na contemporaneidade, sob a perspectiva da participação igualitária e dialógica de todas as cidadãs e todos os cidadãos no universo da cultura, do conhecimento e da informação. Os desafios ao desenvolvimento desse estudo implicam, assim, a sistematização de aspectos que estão na base das relações entre biblioteca pública e populações vulneráveis (com foco nas pessoas em situação de rua), e que impactam a apropriação e participação cultural de sujeitos e grupos. Viabiliza, assim, conhecer as representações das pessoas em situação de rua na ordem sociopolítica do país, tendo em vista superar empirismos sobre a temática; da mesma forma, a abordagem da literatura especializada em Biblioteconomia e Ciência da Informação, no Brasil, oferecerá elementos ao conhecimento do enfoque teórico dado pelas bibliotecas públicas à temática.

Nesses termos, uma questão é premente: quais as relações, conceituais e empíricas, entre biblioteca pública e populações vulneráveis, com ênfase nas pessoas em situação de rua, considerando-se contextos da sociedade brasileira, na contemporaneidade?

Esta pesquisa qualitativa inclui pesquisa bibliográfica sobre biblioteca pública

e pessoas em situação de rua, construindo-se, a partir disso, trama conceitual voltada a ancorar a descrição e explicação do objeto em causa. A pesquisa de campo visou a coleta de dados sobre como as referidas relações observáveis em contextos concretos e, para tanto, foi realizada aplicação de questionários, enviados para as bibliotecas públicas das capitais brasileiras, tendo em vista identificar ações e práticas relativas ao grupo em foco.

2 BIBLIOTECA PÚBLICA: PARA ALÉM DE UMA QUESTÃO FUNCIONAL, TÉCNICA, ESPECIALIZADA

A biblioteca pública moderna surge em meados do século XIX, em 1850, conforme a denominada Lei das Bibliotecas Públicas, na Inglaterra, resultante de um movimento liderado pelos educadores Horace Mann e Henry Barnard, tendo por base o princípio de educação para toda a sociedade, indistintamente (Araújo, 2015).

As perspectivas que orientaram e ainda orientam o paradigma de biblioteca pública, vêm sendo afetadas por pressões de diferentes ordens, pela incorporação de novas funções, práticas e responsabilidades, sem, todavia, observarmos mudanças estruturais significativas nas esferas de suas concepções e ações que pudessem levar à efetiva participação igualitária dos sujeitos no universo cultural como participantes do processo de construção do mundo simbólico. Se hoje parece existir um discurso que enfatiza a defesa e a importância da abertura ao ingresso de distintas populações no interior da biblioteca, sobretudo no país - fato comemorado como um grande avanço -, isso não significa, de outro lado, que tal narrativa seja suficiente à sua apropriação de modo a torná-la meio de produção e expressão cultural de todos.

Marcada por lógicas de difusão e oferta de bens simbólicos como possíveis formas de equidade de acesso aos signos, a biblioteca pública moderna assenta-se, dentre outros aspectos, sobre duas questões em causa na presente pesquisa, e mutuamente recorrentes: a) a problemática dos públicos, entendidos como categorias igualmente possuidoras de capital simbólico indispensável aos processos de sig-

nificação; b) a problemática da memória cultural tomada como patrimônio a ser distribuído.

Observa-se, assim, um conjunto de noções que, ao serem consolidadas ao longo do tempo, sintetizam a razão de existência da biblioteca pública como organismo voltado a dar acesso à informação ao usuário. Tal posição simplista confunde a materialidade intrínseca às práticas sociais, como a necessidade de objetos culturais (livros, audiovisuais, computadores e softwares etc.) ao papel sociocultural da biblioteca (sobretudo na contemporaneidade), que implica e demanda dela não somente, e de modo exclusivo, ações de disponibilização de informação.

Sob essa ótica difusionista, aparentemente naturalizada, a implementação de ações que garantam maiores quantidades de acervo e o maior número de práticas de estímulo aos usos do espaço, mostram-se como dogmas já definidos, ou seja, como receitas a serem aplicadas ao ‘bom funcionamento’ de bibliotecas, quase como um procedimento padrão que inibe reflexões acerca do seu papel político, cultural, social, educacional, face ao indispensável respeito à diversidade e ao diálogo intercultural. Conforme denominado por Perrotti (2016), o paradigma difusionista reflete-se nos equipamentos culturais, em sua materialidade e imaterialidade, deixando de considerar categorias essenciais às relações e processos de diálogo com a memória e o conhecimento, tais como, os elementos constitutivos das bibliotecas, as singularidades dos grupos participantes, os princípios e valores que regem a definição do repertório simbólico que alimenta essas instituições, as práticas informacionais, culturais, de gestão que ordenam o referido diálogo entre sujeitos e entre sujeitos e o patrimônio cultural. Trata-se, assim, de perspectiva minimizadora do papel da biblioteca pública na construção de vínculos e perspectivas de pertencimento e apropriação entre sujeitos e grupos com a memória cultural. Certamente, essas complexas questões dizem respeito à concepção de biblioteca inscrita no paradigma que orienta sua formulação, cujas lógicas e princípios atuam sobre os discursos e práticas concretas – sua ordem. No modelo difusionista, assim, o modo de relação privilegia a política de democratização cultural em detrimento do princípio da

democracia cultural (Botelho, 2001, 2016; Coulangeon, 2014).

Tomada como espaço de trocas simbólicas, a problematização do conceito de biblioteca pública contemporânea pressupõe perspectivas que envolvam a ideia de mediação intercultural (Perrotti; Pieruccini, 2014), de diálogo entre diferenças e diferentes, e, enquanto tal, capaz de se constituir como lócus de construção de laços culturais e sociais entre os sujeitos (García Canclini, 2016), atuando, sobretudo, na manutenção e conservação destes laços simbólicos.

Sob tal ponto de vista, bibliotecas públicas podem ser entendidas como instituições de educação não-formal que contribuem dinamicamente nos processos do pensamento crítico e criativo da sociedade, aberta não apenas à oferta de bens simbólicos, mas à produção de novos bens, a partir da participação de todos os grupos socioculturais da polis.

A problemática se evidencia de forma aguda nos contextos das populações em estado de vulnerabilidade, dentre as quais aquelas em situação de rua que, embora representem contingente significativo – a observar o aumento do número de pessoas nesta condição na cidade de São Paulo (TV Globo/GloboNews, 2023) –, mas que no entanto, não fazem parte das narrativas que compõem os repertórios de instituições de cultura letrada, como as bibliotecas, por distintos motivos, sobretudo por razões ligadas a preconceitos socioculturais e econômicos.

Por meio de um levantamento do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (POLOS-UFMG), evidenciado em uma matéria no dia 26 de janeiro de 2023, no G1, portal da TV Globo/GloboNews, no ano de 2022, o número de pessoas em situação de rua ultrapassou 48 mil na capital paulistana, sendo um índice recorde desde que a pesquisa começou a ser realizada. Apesar dos índices aparentarem grande expressividade, o percentual pode ser ainda maior, uma vez que foram utilizados os dados do CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais, do Governo Federal), do qual muitos moradores em situação de rua podem dele não constar por falta de acesso e/ou de desconhecimento da existência dessa política pública.

Alguns pontos sobre o levantamento do Observatório devem ser evidenciados:

(a) em 2012, eram 3.800 pessoas em situação de rua, enquanto em 2022 o número passa a ser 12 vezes maior, sendo o maior da série histórica; (b) no Brasil, são quase 192 mil pessoas em situação de rua registradas no CadÚnico; (c) segundo a matéria, o número total está subnotificado, uma vez que não há uma pesquisa nacional que identifique, concretamente, a realidade dessa população. Estima-se, portanto, que o número real seja cerca 40% maior, e fique em torno de 300 mil pessoas (TV Globo/GloboNews, 2023).

De acordo com Medeiros et al. (2020, p. 3), a população em questão caracteriza-se como um “[...] grupo populacional que vive em condição de extrema pobreza e vivencia uma série de violências e violações de direitos sociais em seu cotidiano.” Estas pessoas, em decorrência, não dispõem, por força de sua condição peculiar, de meios correntes de dizer-se, não têm voz social, são invisíveis, inexistem face à ordem sociocultural e política vigentes: as populações vulneráveis são constituídas por indivíduos excluídos social e culturalmente; não adentram, como os demais públicos, os circuitos culturais construídos com uma ideia de ‘público’ formado por sujeitos iniciados na cultura letrada, como no caso da biblioteca.

Conforme Ceballos Ospina (2018, p. 73, tradução nossa), as pessoas em situação de rua possuem “[...] baixa autoestima, devido à contínua rejeição e exclusão da sociedade que os separa, sendo resultado de um modelo capitalista baseado no individualismo”. Nesses termos, considerar os diferentes contextos em relação às condições limítrofes da biblioteca pública, face às singularidades, à diversidade e diferenças culturais que caracterizam os grupos que constituem a sociedade é desafiador, tendo em vista os necessários deslocamentos capazes de aprofundar a visão sobre o conceito de biblioteca pública vigente.

É possível perceber que as bibliotecas públicas começaram a atender pessoas em situação de rua, dada as extremas desigualdades sociais e quadros geopolíticos do espaço urbano. Sob essa conjuntura, a biblioteca que estava vivendo um certo esvaziamento, certamente em razão de dificuldades em relação ao esgotamento

do modelo distributivista/difusionista vigente e face ao advento e acessibilidade às tecnologias de informação, começou a receber outro grupo populacional, cujas especificidades e singularidades materiais e físicas divergem dos perfis para os quais a biblioteca pública foi preparada. Vê-se, todavia, adaptações pontuais, levadas a efeito por gestores sensíveis, muitas vezes, mas que não se consolidaram institucionalmente, ainda, e que têm dificuldade de expandirem-se e de avançar de modo mais consistente.

Sob estes expostos, no campo da Biblioeducação, a democratização do acesso à biblioteca pública e aos bens culturais, simbólicos ou não, é insuficiente. Concepções teóricas que endossam a Biblioeducação indicam que a biblioteca é uma instituição cultural pública, um dispositivo de mediação intercultural (Perrotti; Pieruccini, 2014), um lugar de constituição de identidades leitoras e de diálogo com a diferença/com os diferentes. A partir desse enfoque, torna-se possível estabelecer posições críticas em relação à noção de biblioteca pública e da ordem simbólica distributivista/difusionista presente em suas origens e que a orientam ao longo de quase dois séculos.

Assim, se etimologicamente, o termo ‘biblioteca pública’ é constituído por um substantivo – biblioteca – e por um adjetivo – pública –, o conceito, por sua vez, demanda, além do significado administrativo que a qualifica como organismo financiado pelo Estado, agregar sua dimensão política, relativa à ordem histórica da qual se reveste entre nós. Nesta pesquisa, é central a compreensão de que há uma insuficiência conceitual referente ao termo biblioteca pública, face à atual realidade, demarcada por distintas condições de desigualdades sociais.

A noção de público – ou seja, pertencente a todos os cidadãos, tomados igualmente – reforça a crítica ao assistencialismo que marca instituições patrocinadas pelo poder público que oferecem serviços a segmentos carentes, a fim de sanar uma necessidade específica, de caráter compensatório à condição socioeconômica de populações como as referidas no presente projeto. Trata-se, efetivamente, de colocar em debate as condições limítrofes da biblioteca pública diante de

um quadro complexo, em que estão em causa não somente a carência de práticas culturais, mas o entendimento de que a biblioteca pública tem um papel a cumprir no diálogo intercultural, sobretudo, na sociedade brasileira, como instituição de comunicação entre os diferentes circuitos socioculturais que fazem parte da nação.

Nesse sentido, trata-se de analisar criticamente o modelo estabelecido pelo binômio oferta-disseminação cultural, que está no bojo do ideal que forjou a relação biblioteca pública e política de democratização da cultural. Para tanto, Donnat (2011, p. 23) oferece importante reflexão:

Permanecem assim convencidos de que as pessoas às quais se dirigem estão prontas para aderir aos modelos que lhes são propostos: para eles, o desejo de cultura está sempre lá, presente, mesmo que mudo, escondido atrás dos ‘maus hábitos’ (a televisão, a rotina ou as mentalidades que, como sabemos, evoluem sempre lentamente) ou represado por coerções materiais (o preço, a distância da oferta etc.) que bastaria superar para que a ‘revelação’ ocorresse.

Agregada a esta abordagem, tomamos como referência as considerações de Perrotti (2016) e Perrotti e Pieruccini (2016), acerca de três paradigmas culturais, geradores de três concepções/modelos de bibliotecas: *templum*, *emporium* e *forum*. Para Perrotti (2016), tais paradigmas não se isolam das esferas socioculturais e políticas das sociedades em que se inscrevem. A tabela abaixo sistematiza a discussão:

Tabela 1 – Paradigma cultural de bibliotecas

	<i>TEMPLUM</i>	<i>EMPORIUM</i>	<i>FORUM</i>
ABORDAGEM	Conservação cultural	Difusão cultural	Mediação cultural
ATRIBUIÇÃO	Preservação	Distribuição	Negociação
FUNÇÃO SOCIAL	Controle	Assimilação	Apropriação

Fonte: elaboração própria (2022), a partir de Perrotti (2016) e Perrotti e Pieruccini (2016).

O primeiro paradigma “conservacionismo”, tendo como modelo a biblioteca *templum*, diz respeito às bibliotecas (bibliotecas-museus) dedicadas única e exclusivamente à guarda e preservação de obras diversas, constituindo-se como lugares de memória (Nora, 1993). Tais dispositivos destinados a armazenar a produção cultural escrita, definiram a memória cultural a ser reconhecida como relevante e as formas e possibilidades de acesso a ela. Os protocolos estabelecidos para a preservação, principalmente em relação ao uso do próprio dispositivo cultural, a preocupação central e prioritária com a conservação (física, inclusive) dos materiais instauraram a representação de biblioteca como espaço sagrado, inacessível aos não iniciados ou histórica e socialmente contemplados. Essas bibliotecas, que surgem como modelo na antiguidade, eram dedicadas a poucos indivíduos autorizados a utilizá-las, destacando-se os chamados sábios e estudiosos da época².

2

Vale salientar que esse paradigma é referência à constituição das bibliotecas nacionais, como a Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) e a Biblioteca Municipal Mário de Andrade (âmbito estadual, São Paulo), responsáveis pela conservação da memória nacional/regional, a partir da manutenção organizada de itens publicados em todo território de sua abrangência. Trata-se, assim, de instituição pública de extrema relevância, que se distingue de outras modalidades de bibliotecas, cuja existência é fundamental à constituição de parte significativa do patrimônio simbólico de um país, de um povo.

A segunda modalidade de biblioteca, inscrita sob o paradigma *emporium*, centra-se no binômio acesso-difusão cultural. As coleções e ações desenvolvidas por elas têm como eixo a assimilação dos repertórios culturais considerados como a boa cultura, aquela que deve servir de referência a toda a sociedade, pautando-se por políticas de oferta e de assimilação cultural. Definem-se, assim, como dispositivos de disseminação de conhecimento e cultura, independentemente dos públicos e contextos nos quais se inscrevem.

Na perspectiva do paradigma da mediação cultural, cujo modelo é a biblioteca *forum*, o processo dialógico é estruturante. Ambiente físico, repertórios culturais, suas linguagens e formas de ordenação, práticas culturais, práticas de gestão, processos de formação, dentre outros (Pieruccini, 2004), articulam-se entre si e com os participantes (tomados como protagonistas culturais). A perspectiva da apropriação cultural ocupa lugar de centralidade neste paradigma e, em outros termos,

a construção e a negociação cultural estão no centro das configurações e práticas voltadas aos grupos e circuitos culturais. As bibliotecas que se assentam sobre este paradigma ocupam-se em construir um espaço democrático, e que, portanto, estimulam o debate e as tensões simbólicas intrínsecas dos ambientes constituídos a partir das relações entre diferentes/diferenças culturais.

A problemática das políticas de democratização e democracia cultural é discussão-chave das questões até aqui apresentadas. Botelho (2016) argumenta que o paradigma do acesso à cultura, comumente conhecido como ‘democratização cultural’, foi um passo importante em muitos países, no sentido de difundir práticas culturais, com o intuito de proporcionar à maioria – ou parte dela – o quanto ações culturais podem ser acessíveis e para todos, indistintamente. Seguindo, a autora coloca que este paradigma foi modelo por muitos anos, mas que, na contemporaneidade, faz-se necessária uma mudança conceitual e prática sobre as dinâmicas culturais.

Botelho (2016, p. 49-50) defende que, historicamente, o paradigma da democratização cultural advém dos anos 1960 e 1970, na França, como um movimento

[...] de cima para baixo, que se crê capaz de disseminar, a um número cada vez maior de indivíduos, essa herança feita de práticas e representações que, por sua suposta universalidade, compõem um valor maior em nome do qual se formulam as políticas públicas na área da cultura.

A democratização foi embasada em dois preceitos básicos: (i) a cultura é algo que deve ser difundido/disseminado, e quanto mais for, quanto maior seu alcance, mais efetiva torna-se; e (ii) o encontro/o acesso entre a obra/prática cultural e o público é o suficiente. Botelho (2016) afirma que a política da democratização se preocupa, exclusivamente, com os entraves materiais relacionados ao acesso – como exemplos, a ausência de equipamentos culturais em determinados lugares (sobretudo em regiões periféricas), o preço elevado para assistir a um filme no cinema e relacionados. Para a política da democratização, a questão material sobrepõe-se à ordem simbólica das práticas culturais, ignora e não dá espaço para as subjeti-

vidades dos sujeitos, assim como não permite que estes integrem e sejam agentes construtores e pertencentes ao equipamento cultural e/ou à prática realizada. Neste sentido, podemos aferir que a democratização da cultura é uma política que se embasa na oferta, no acesso – aspectos resultantes da perspectiva moderna que integra as lógicas de consumo, impostas às esferas do mercado, do capital.

Na lógica da democratização, a centralidade é a assimilação simbólica, considerando-se acessórias as condições de apropriação do bem simbólico, como defendida na democracia cultural.

Botelho (2016, p. 51) ainda afirma que “O paradigma da democratização cultural está intimamente ligado ao universo da cultura legitimada socialmente”. Isso implica verificar que, por meio desta política, a cultura e a educação difundidas amplamente possuem o sentido de civilizar indivíduos e grupos sociais. Igualmente, esta política possui o propósito de equiparar culturalmente camadas populacionais, direcionando suas práticas culturais no intuito da homogeneização cultural. Nesses termos, valores culturais particulares, praticados por minorias ou grupos específicos não conseguem romper a bolha a favor de uma cultura única, homogênea, dita ‘superior’. Novamente, é notório como esta política normativa – no sentido de tornar-se normal, padronizado – atua intencionalmente no apagamento das singularidades e diversidades que caracterizam os grupos sociais, as subjetividades dos sujeitos, reafirmando uma cultura homogeneizante, que ignora diferenças culturais, de aniquilamento da cultura coletiva de uma comunidade, de um povo. Botelho (2016, p. 52) complementa:

[...] com relação a todos os indivíduos, em todos os grupos sociais, a fronteira entre a legitimidade cultural (a ‘alta cultura’) e a ilegitimidade cultural (a ‘baixa cultura’, o ‘simples divertimento’) não separa simplesmente as classes, mas divide as diferentes práticas e preferências culturais dos próprios indivíduos.

A autora disserta e defende que a posse e o nível de um diploma, não devem ser elementos suficientes para afirmar a legitimidade de uma cultura, sobre o quanto o sujeito é ‘culto culturalmente’ (Botelho, 2016). Há outros saberes e competências

que fazem um sujeito possuir uma compreensão maior das práticas culturais, assim como possibilitar-lhe apropriar-se de tais práticas e ações. Apesar de suas defesas em favor da democracia cultural, Botelho (2016) afirma que a exposição constante a produtos e atividades culturais faz com que os sujeitos constituam outros saberes culturais; entretanto, é possível relativizar essa afirmação, uma vez que a 'exposição constante' não faz, necessariamente, com que o sujeito construa outros saberes culturais, uma vez que estes implicam chaves cognitivas e referências que atuam na significação e nos processos de participação cultural independentemente da posição que se ocupe nas escalas sociais.

Esta visão de participação na cultura por meio do distributivismo e da democratização cultural merecem ser reconsideradas, portanto, bem como seus métodos que pressupõem a assimilação de bens culturais já consagrados como relevantes pela ordem hegemônica. À democratização, é relevante e prioritário distribuir cultura, independentemente dos distintos contextos e sujeitos implicados, sobretudo. De outro lado, todavia, sob a perspectiva da democracia cultural (Botelho, 2001, 2016; Coulangeon, 2014), se a condição de acesso material ao patrimônio cultural é, da mesma forma, questão fundamental, esta não compreende o acesso como categoria suficiente e elementar aos processos de apropriação simbólica.

3 RESULTADOS PARCIAIS

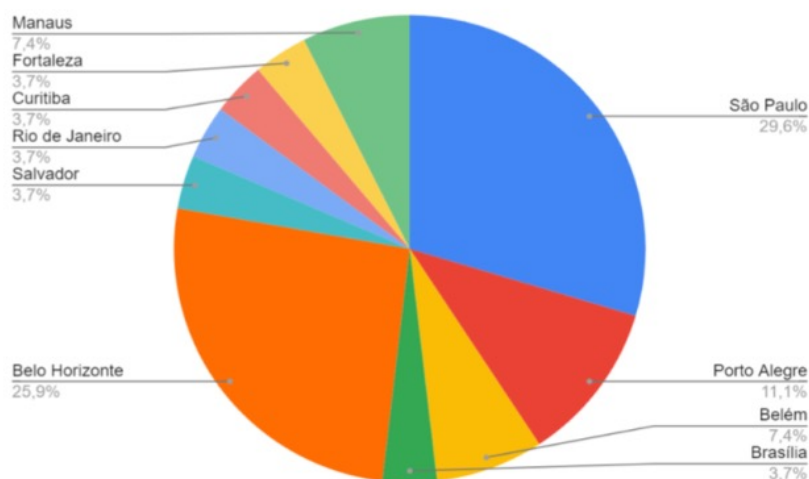
A pesquisa de campo teve como foco a coleta de dados - por meio de técnica indireta, ou seja, aplicação de questionário - tendo em vista diagnosticar atuações, práticas e serviços desenvolvidos por bibliotecas públicas visando a população em situação de rua, no Brasil. Um questionário foi enviado por e-mail, para bibliotecas públicas no dia 15 de outubro de 2022, permanecendo disponível on-line até 31 de janeiro de 2023. Optou-se pelo recorte privilegiando as bibliotecas públicas das capitais brasileiras, nesse primeiro momento, face às dimensões/possibilidades efetivas do estudo. Deste modo, as bibliotecas públicas brasileiras somam um total

► MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA EMANCIPAÇÃO SOCIAL

de 5.293, de acordo com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), conforme pesquisa de 2020/2021. O recorte deste universo, objeto de nossa investigação, incluiu 256 bibliotecas públicas existentes nas capitais dos estados brasileiros. Este levantamento objetivou, igualmente, além de localizar cada biblioteca, condensar informações que permitissem o contato com cada unidade.

Do universo pesquisado - 256 bibliotecas públicas -, apenas 27 responderam ao questionário, isto é, cerca de 11%, aproximadamente.

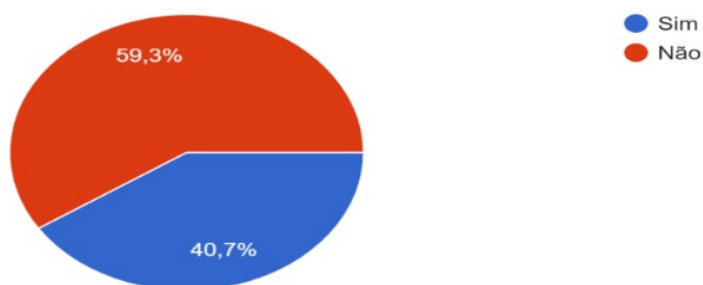
Gráfico 1 – Relação município x bibliotecas públicas respondentes



Fonte: elaboração própria (2023).

Sistematizando os resultados obtidos, em relação à realização de ações e práticas com as pessoas em situação de rua, 60%, aproximadamente, afirmaram não desenvolver nenhuma atividade.

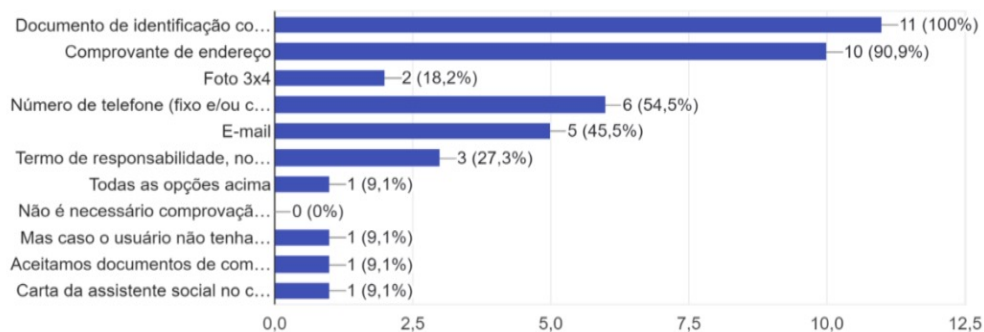
Gráfico 2 – Ações com as pessoas em situação de rua



Fonte: elaboração própria (2023).

Da mesma forma, foi indagado quais documentos necessários para realizar o cadastro, para tornar-se ‘usuário’ da biblioteca. A alternativa com predominância nas respostas foi “a necessidade de um documento com foto, como RG e carteira de motorista”. Neste sentido, os sujeitos que não possuem documento com foto ou caso o tenham perdido, estão impedidos de cadastrarem-se para uso do equipamento cultural, bem como participar das atividades e/ou realizar empréstimos de materiais, por exemplo.

Gráfico 3 – Documentos necessários para realizar cadastro na biblioteca



Fonte: elaboração própria (2023).

A segunda alternativa mais assinalada foi o comprovante de endereço: a pessoa em situação de rua que, certamente, não possui um comprovante de endereço, não conseguirá usufruir das ações e práticas da biblioteca pública. A questão seguinte voltou-se para a identificação das ações que a biblioteca pública oferece à comunidade, em que cerca de 90% dos respondentes assinalaram a realização de visitas monitoradas; em segundo, com 80%, ficaram duas opções, sendo a circulação de materiais (empréstimos e devoluções) e o acesso remoto à internet (wi-fi).

Perguntados sobre a frequência de atendimento da biblioteca às pessoas em situação de rua, cerca de 55% afirmaram que diariamente, e 45% que não há uma regularidade.

Por fim, uma questão não obrigatória, solicitou que os respondentes elencassem as ações que a Biblioteca oferece às pessoas em situação de rua. Do universo das 27 bibliotecas, apenas 11 se manifestaram, uma vez que se tratava de resposta opcional. As alternativas mais evidenciadas foram: em primeiro lugar, divulgação de serviços oferecidos na comunidade (Serviço de Informações Locais); em segundo, Práticas culturais - Rodas de histórias e debates, Empréstimo de materiais (livros); e em terceiro, Práticas culturais - Rodas de leitura e encontro com autores e palestras, Oficinas/minicursos que auxiliam diretamente na (re)inserção dos moradores em situação de rua na sociedade (exemplo: elaboração de currículo para compor uma vaga de emprego).

Pode-se afirmar que os dados indicam que as bibliotecas públicas respondentes não possuem atividades, práticas e programas que atuem exclusivamente com as pessoas em situação de rua. Da mesma forma, igualmente, poucas são as ações listadas que integram uma concepção de trocas culturais entre diferentes tipos de públicos.

4 À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo refletir sobre os elementos e as relações, conceituais e empíricas, entre a biblioteca pública e populações em situação de vulnerabilidade, com ênfase nas pessoas em situação de rua, tendo a democracia cultural como base à concepção de dispositivos culturais voltados à participação de diferentes grupos nos processos de constituição da memória cultural em nosso país. Para tanto, apresentou discussões de base conceitual e parte dos resultados coletados na primeira etapa da pesquisa, a saber, coleta de dados por questionário.

É forçoso reconhecer a existência do hiato entre as bibliotecas públicas e a sociedade. Algumas publicações do campo enfatizam a relevância da biblioteca pública sob perspectiva teórica, aspecto que, sobretudo, distingue-se das ações de cunho prático no âmbito destes dispositivos culturais. Afirmar que as bibliotecas públicas são para todos os públicos e sem distinção (IFLA, 1994), não refletiria, entretanto, a realidade brasileira. Porém, tal declaração nos incide a pensar que todos os sujeitos são iguais (no que tange suas possibilidades cognitivas e culturais de significação) e que, portanto, podem – por livre e espontâneo desejo não somente sanar necessidades, usufruídas nos serviços oferecidos pelas bibliotecas públicas, tornando-se protagonistas culturais (Perrotti, 2016), pessoas capazes de produzir e construir sentidos nas dinâmicas culturais e nos processos socioculturais.

Porém, o exercício, ou a prática do protagonismo cultural, como finalidade última de uma instituição de democracia cultural, tal qual se busca na biblioteca pública, demanda observar articulações entre sua materialidade e reflexos sobre dimensões imateriais. Em outros termos, está em causa o fato de que os elementos constitutivos do dispositivo cultural — sua materialidade — atuam, afetam os processos de produção e participação de pessoas em situação de rua na cultura. A força das desigualdades sociais, impostas por sistemas socioeconômicos opressores, coloca classes e sujeitos em situação de invisibilidade, aspecto que se desdobra sobre

as instituições públicas em geral, evidenciando que na biblioteca tais sujeitos são percebidos como quaisquer outros públicos.

Refletimos, portanto, que as políticas e práticas de oferta de serviços à comunidade, realizadas pelas bibliotecas públicas, tornam-se insuficientes quando estão em causa processos de construção de identidades culturais dos sujeitos e de seus grupos. Ações que visem pura e exclusivamente satisfazer necessidades informacionais e literárias de quem a frequenta, reforçam e enquadram-se em modelos distributivistas inscritos na modernidade, pautados por lógicas de consumo de bens culturais.

A importância em refletir criticamente sobre os percursos conceituais-históricos que vêm conduzindo a biblioteca pública na contemporaneidade, a partir da abordagem da mediação intercultural (Perrotti; Pieruccini, 2014), apresenta-se como ponto relevante na trajetória do estudo.

Se, conforme proposto por Rabello e Almeida Júnior (2020), é público de uma biblioteca aquele que tem interesse e pode/consegue acessar e participar/usufruir de um determinado serviço ou produto oferecido pelo dispositivo cultural, sob as citadas condições, as populações em situação de rua muito provavelmente nem se constituem como tal. São representados desta forma, como categoria de não-público, à margem da esfera de ação intencional da biblioteca pública, no caso.

Não se trata, todavia, de agregar como público da biblioteca uma determinada população vulnerável e atendê-la sob um viés assistencialista, a fim de sanar uma necessidade específica. Não se trata de criar, simplesmente, atividades de caráter compensatório à condição socioeconômica das referidas populações; mas, efetivamente, de colocar em debate as condições limítrofes da biblioteca pública diante de um quadro complexo, em que estão em causa não somente a carência de práticas culturais, mas o entendimento de que a biblioteca pública, se configurada sob o paradigma da mediação intercultural, poderá cumprir o papel sociocultural no diálogo entre diferentes esferas da sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á. O pensamento funcionalista na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 2-29, ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/6995>. Acesso em: 24 jan. 2023.

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr./jun. 2001.

BOTELHO, I. Democratização da cultura: discutindo pressupostos. In.: BOTELHO, I. **Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios**. São Paulo: Sesc São Paulo, 2016. p. 49-56.

CEBALLOS OSPINA, J. A. El rol de la biblioteca pública en la inclusión social del habitante de calle (homeless). **Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información**, Ciudad de México, v. 32, n. 76, p. 63-78, jul./set. 2018.

COULANGEON, P. **Sociologia das práticas culturais**. São Paulo: Sesc, 2014.

DONNAT, O. La question de la démocratisation dans la politique culturelle française. **Modern & Contemporary France**, v. 11, n. 1, p. 9-20, 2003. Disponível em: <https://laurentmartinblog.files.wordpress.com/2014/10/articledc3a9mocratisation.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2023.

GARCÍA CANCLINI, N. **O mundo inteiro como lugar estranho**. São Paulo: Ed. USP, 2016.

IFLA - FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

MEDEIROS, F. C. de et al. Entre a benesse e o direito: as políticas de atendimento à população em situação de rua na América Latina. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 25, n. 2, p. 1-17, nov. 2020.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v.10, jul./dez., 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso: 03 mar. 2022.

PERROTTI, E. Infoeducação: um passo além científico-profissional. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 04-31, jul./dez. 2016.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação e Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 01-22, maio/ago. 2014.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. Infoéducation: ceci n est pas une pipe. À la recherche d" une troisième rive. **Mediadoc Apden**, Paris, n.16 : 18-21, juin, 2016.

PIERUCCINI, I. **A ordem informacional dialógica**: estudo sobre a busca de informação em educação. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. doi:10.11606/T.27.2004.tde-14032005-144512. Acesso em: 14 ago. 2021.

RABELLO, R.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Usuário de informação e ralé estrutural como não-público: reflexões sobre desigualdade e invisibilidade social em unidades de informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1- 24, out./dez. 2020.

SNBP – SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecaspublicas/>. Acesso em: 06 ago. 2022.

TV GLOBO/GLOBO NEWS. **Número de pessoas em situação de rua na cidade de SP ultrapassa 48 mil e bate recorde em 2022, diz pesquisa.** 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/01/26/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-na-cidade-de-sp-ultrapassa-48-mil-e-bate-recorde-em-2022-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 11 fev. 2023.